



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

(11)

Terceira Câmara de Direito Público
Embargos de Declaração na Apelação nº 286886-2
Embargante: Município de Ipojuca
Procurador: Karla Patrícia C. C. de Vasconcelos
Embargados: Érica Maria da Silva e outros
Advogada: João Ricardo Silva Xavier
Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÕES QUANTO ÀS TESES DE CARÊNCIA DE AÇÃO, DE PRESCRIÇÃO, DE DESNECESSIDADE DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL PRÓPRIA PARA INCORPORAR, AO REGIME ESTATUTÁRIO MUNICIPAL, AS INOVAÇÕES DO REGIME ESTADUAL E DA INEXISTÊNCIA DE OFENSA À AUTONOMIA MUNICIPAL. INOCORRÊNCIA. MATÉRIAS DIRETAMENTE ENFRENTADAS PELO JULGADO EMBARGADO. OMISSÕES ACERCA DOS PEDIDOS DE COMPENSAÇÃO E DE DESCONTO, SOBRE OS QUINQUÊNIOS PAGOS RETROATIVAMENTE, DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. RECONHECIMENTO. RECURSO PARCIALMENTE ACOLHIDO. DECISÃO UNÍSSONA.

- a) Os embargos de declaração não são via idônea para manifestar propósito puramente infringencial, razão pela qual se rejeitam os pedidos recursais atinentes à colmatação de supostas omissões acerca das teses de carência de ação por falta de interesse de agir, de prescrição do fundo de direito, de desnecessidade de legislação municipal própria para incorporar, ao regime estatutário municipal, as inovações do regime estadual e da inexistência de



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

(11)

- ofensa à autonomia municipal, argumentos enfrentados – e rejeitado – por esta Corte quando do julgamento que ora se embarga;**
- b) **Por outro lado, o acórdão embargado foi omissso quanto ao pedido de compensação entre os valores ora vindicados e o que se pagou à guisa de anuênios, posto que os períodos de quinquênios postulados são anteriores à implementação do adicional por tempo de serviço anual;**
- c) **Também se reconheceu a omissão quanto ao pedido de abatimento, da quantia a ser paga, dos valores referentes à contribuição previdenciária, pois, como obrigação de natureza tributária, o recolhimento pressupõe o devido processo administrativo, obedecidos os ditames da legislação fiscal;**
- d) **Recurso conhecido e, sem discrepâncias, provido parcialmente.**

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Embargos de Declaração na Apelação nº 286886-2**, nos quais figuram, como embargante, o **Município de Ipojuca**, e, como embargados, **Érica Maria da Silva e outros**,

ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Terceira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **acolher parcialmente os Embargos opostos**, tudo de conformidade com os votos e notas taquigráficas em anexo, que, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 03 de outubro de 2013.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

(11)

Terceira Câmara de Direito Público
Embargos de Declaração na Apelação nº 286886-2
Embargante: Município de Ipojuca
Procurador: Karla Patrícia C. C. de Vasconcelos
Embargados: Érica Maria da Silva e outros
Advogada: João Ricardo Silva Xavier
Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

RELATÓRIO

Cuida-se de Embargos de Declaração opostos pelo **Município de Ipojuca**, com o escopo de colmatar pretensa omissão da qual se teria ressentido o julgamento da Apelação nº 286886-2, interposta pelos embargados em face da sentença que julgou improcedente a Ação Ordinária de nº 0001346-96.2011.8.17.0730, proposta pelos ora embargados, **Érica Maria da Silva e outros**, em face da edilidade ora embargante.

Os autores/embargados, todos servidores públicos municipais, ajuizaram a ação primeva, asseverando terem tido exercício efetivo, nos quadros da edilidade, a partir do ano de 2001, sendo que, malgrado tenham completado o quinquênio aquisitivo no ano de 2006, não tiveram implantado o respectivo adicional de tempo de serviço.

Ressaltaram, em sua fundamentação, que a Lei Municipal nº 1.066/1994, ao instituir o regime jurídico único, adotou, como estatuto do funcionalismo municipal, o regime estatutário estadual, que se concentra na Lei nº 6.123/1968, cujo artigo 166 contemplava o pagamento de adicional por tempo de serviço, no percentual de 5% sobre o vencimento do cargo efetivo, devido a cada quinquênio de efetivo exercício.

Ocorre que, em vista da entrada em vigor da EC Estadual nº 16/1999, que vedou, **no âmbito estadual**, a concessão da vantagem, o Município de Ipojuca se recusou a implantar o adicional dos apelantes, cujo período aquisitivo, como dito, completou-se em 2006.

Diante da negativa da Administração, os recorridos ajuizaram a ação primeva, invocando a jurisprudência desta Corte e Tribunal de Contas do



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

(11)

Estado, no sentido da inaplicabilidade da EC nº 16/1999 aos servidores dos Municípios adotantes do estatuto estadual em caráter subsidiário.

Conhecendo do pleito autoral, o juízo *a quo* sentenciou, às fls. 191 a 192-v, julgando pela improcedência do pleito, ao argumento de que, ante à edição da supracitada emenda, teria havido a revogação do artigo 166 do Estatuto dos Servidores do Estado, obliterando o fundamento legal para o pagamento do adicional.

Em seu apelo de fls. 197-206, os autores colimaram a reforma do julgado, aduzindo a impossibilidade de a Emenda Constitucional Estadual produzir efeitos automáticos sobre o funcionalismo municipal, o que somente poderia ocorrer diante de nova lei autorizadora. No mais, torna a invocar os precedentes pretorianos.

No julgamento do recurso, este colegiado lhe deu provimento para julgar procedente a ação, em decisão desafiada pelos presentes aclaratórios, sob fundamento da ocorrência de omissões acerca dos seguintes pontos:

- a) Ausência de interesse processual das apelantes, em função da implantação de anuênios, em 2008, pelo Município de Ipojuca;
- b) Descaracterização da relação de trato sucessivo, em vista da existência de ato de efeito concreto sucessivo da vantagem;
- c) Prescrição do fundo de direito;
- d) Conceito de regime jurídico estatutário, que abrange todas as normas regentes da relação jurídica entre servidores e Administração;
- e) Desnecessidade de adoção de lei específica, pelo Município, para incorporar as inovações da legislação estadual, diante da remissão feita pelo Direito Administrativo municipal ao regime jurídico dos servidores do Estado de Pernambuco;
- f) Inocorrência de violação à autonomia municipal;
- g) Compensação entre os valores demandados pelos autores com o que se pagou a título de anuênio;



27/8
22

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

(11)

- h) Desconto das contribuições previdenciárias sobre os valores devidos aos autores.

Pede, pois, a embargante, que, sanadas as omissões apontadas, este colegiado dê provimento aos aclaratórios, adindo efeito infringencial.

Tenho o feito por relatado.

Recife, 03 de outubro de 2013.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator



279

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

(11)

Terceira Câmara de Direito Público
Embargos de Declaração na Apelação nº 286886-2
Embargante: Município de Ipojuca
Procurador: Karla Patrícia C. C. de Vasconcelos
Embargados: Érica Maria da Silva e outros
Advogada: João Ricardo Silva Xavier
Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

VOTO

Os presentes embargos se fundamentam em múltiplas alegações de omissão, que passaremos a analisar doravante.

A suposta carência de ação, por falta de interesse de agir, foi expressamente rechaçada por este colegiado, como se vê no seguinte capítulo do acórdão:

a) Não esvazia a utilidade da ação de cobrança a superveniência de Lei que reinstitui, no âmbito municipal, o adicional por tempo de serviço, na medida em que as parcelas demandadas são anteriores ao novo regramento legal.

O segundo e terceiro itens, referentes à ocorrência da prescrição e à relação de trato sucessivo, foram, igualmente, refutados pelo julgamento embargado, como se pode verificar no excerto a seguir:

b) O termo inicial do lapso prescricional é o surgimento da pretensão, que apenas se dá quando impingida lesão ao patrimônio jurídico da parte, o que só se deu, para os autores, no ano de 2006. Tratando-se de relação de trato sucessivo, apenas se verificou a prescrição quanto às parcelas remuneratórias anteriores a abril daquele ano, data que dista cinco anos do ajuizamento da presente ação.

No que tange à omissão quanto ao "conceito de regime estatutário", não se negou que este vá além do próprio estatuto da categoria, à desnecessidade de legislação específica incorporando as inovações legislativas estaduais e à inocorrência de ofensa à autonomia municipal, esta Câmara foi explícita ao declarar a necessidade de lei específica, sob pena de violação ao princípio



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

(11)

federativo, como se vê a seguir, de modo que o embargante visa à pura rediscussão da causa:

Ao adotar, em 1994, o Estatuto do funcionalismo estadual, a Lei Municipal nº 1.066/1994 acatou, per relationem, o regramento então vigente. A partir do momento em que se implementaram mudanças legislativas no âmbito estadual, era preciso, sob pena de ofensa ao pacto federativo, editar lei local ratificando o novo regramento. À mingua de movimentação do Legislativo municipal, impossível a extensão automática do Direito Estadual ao Direito do Município.

Quanto ao pleito de compensação, a decisão embargada passou ao largo de tal pedido, pelo que se impõe o reconhecimento da omissão e sua consequente colmatação. Sanando o vício, tenho que a tese defensiva não merece acatamento, haja vista que os quinquênios vindicados se referem a períodos anteriores à implantação dos anuênios, logo, a condenação não implicará *bis in idem*, tampouco, enriquecimento sem causa por parte dos autores/embargados.

Por fim, também se deve reconhecer a omissão acerca do pleito de desconto, nos valores a serem pagos, da contribuição previdenciária, como esta se trata de obrigação de natureza tributária, devendo-se sujeitar a procedimento administrativo plenamente vinculado, oportunizando-se, ao servidor, oportunidade para o contraditório e a ampla defesa. A propósito, veja-se:

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE EXECUTIVA (GAE). PERÍODO NÃO RECOLHIDO. DESCONTO EM FOLHA RETROATIVO. IMPOSSIBILIDADE. OBSERVÂNCIA DAS REGRAS DO DIREITO TRIBUTÁRIO. LEGITIMIDADE DA UNIVERSIDADE. ILEGITIMIDADE DA UNIÃO.

1. A Universidade tem legitimidade para figurar no pólo passivo da demanda, ao argumento de que possui competência para proceder aos comandos de pagamento de salários e benefícios previdenciários de seus servidores, visto ser autarquia federal dotada de personalidade jurídica própria distinta da União Federal.

2. Esta Corte sedimentou entendimento no sentido da impossibilidade de se descontar, diretamente, na folha de pagamentos do servidor público, sem a sua autorização, a contribuição previdenciária incidente sobre a Gratificação da Atividade Executiva - GAE não recolhida na época própria, devendo a cobrança ser efetuada de acordo com as regras do direito tributário, assegurados o contraditório e a ampla defesa.



231
94

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

(11)

3. Precedentes jurisprudenciais desta Corte: AgRESP 444.972-RS, desta relatoria, DJ de 17.03.2003 RESP 365.210/RS, Relatora Ministra Eliana Calmon, DJ de 31.03.2003; RESP 438.525/RS, Relator Ministro José Delgado, DJ de 17.02.2003 e AgRg no RESP 412236/RS, Relator Ministra Denise Arruda, DJ de 08.11.2004.

4. Recurso especial da União provido. Recurso Especial da Universidade Federal de Santa Maria desprovido.

(REsp 722.221/RS, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/04/2006, DJ 18/05/2006, p. 190)

Isto posto, corroborada a inocorrência da contradição, voto pelo **acolhimento parcial dos presentes Embargos de Declaração** para sanar as omissões verificadas acerca dos pleitos de compensação e de desconto de contribuição previdenciária sobre a indenização paga aos autores.

É como voto.



Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator